

PETROPOLITANAS



Morro da Oficina em 15 de fevereiro de 2022

Tragédias anunciadas? Artigo de ex-secretário aponta omissão histórica

Um artigo científico assinado pelo ex-secretário de Defesa Civil de Petrópolis, Guilherme Costa de Souza Moraes, e outros três pesquisadores aponta falhas históricas do poder público na prevenção de desastres no município. Publicado em 2026, o estudo sustenta que as tragédias não podem ser atribuídas exclusivamente a fenômenos naturais, já que os riscos eram conhecidos e estavam documentados. Os autores analisam a atuação das esferas municipal, estadual e federal e defendem que a falta de medidas preventivas diante de perigos mapeados pode caracterizar omissão estatal. O trabalho reúne dados técnicos, documentos parlamentares e informações orçamentárias para sustentar o tema. A pesquisa concentra-se na previsibilidade dos riscos e no dever jurídico de prevenção dos entes públicos. Guilherme pediu a exoneração do cargo neste mês de outubro, segundo ele, alguns dos motivos do pedido estão detalhados no estudo.

Plano Municipal de Redução de Riscos de 2017

Entre os dados destacados está o Plano Municipal de Redução de Riscos de 2017, que identificou 102 pontos vulneráveis no primeiro distrito. A região do Morro da Oficina, atingida pela tragédia de fevereiro de 2022, já constava entre as áreas classificadas como de risco. Para os pesquisadores, a existência de mapeamentos e sistemas de monitoramento reforça o dever do poder público de agir antes dos desastres, com obras, planejamento urbano, fiscalização e medidas de proteção às famílias expostas.



Morro da Oficina já era classificada como área de risco

R\$ 2,38 bilhões em danos materiais e prejuízos

O artigo também analisa os investimentos municipais em prevenção. Segundo os autores, o Plano Plurianual (PPA) de 2014 a 2017 destinou 0,25% de seus recursos à Defesa Civil. O estudo estima em cerca de R\$ 316,3 milhões o custo das intervenções previstas para as áreas de risco mapeadas em 2017. Os pesquisadores comparam esse valor aos aproximadamente R\$ 2,38 bilhões em danos materiais e prejuízos registrados em Petrópolis entre 1991 e 2024, destacando os custos da falta de prevenção no município.

Responsabilização individual de gestores

Na conclusão, os autores defendem investimentos permanentes em prevenção, maior integração entre os governos e responsabilização por omissões, se os requisitos legais forem atendidos. O estudo também discute a responsabilização individual de gestores, mas não é uma decisão judicial nem atribui culpa definitiva. O Correio solicitou posicionamentos à Prefeitura, aos governos estadual e federal e ao ex-prefeito Rubens Bomtempo.

O que diz a atual gestão?

Em resposta, a Prefeitura de Petrópolis afirmou que a prevenção é a principal estratégia para enfrentar o período de chuvas intensas. Segundo a atual gestão, a pauta passou a ser tratada como prioridade, com a inclusão inédita da resiliência e da gestão de riscos como eixo estrutural do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029.

Atual gestão II

A administração municipal destacou que a medida é mencionada no próprio artigo e representa uma mudança em relação ao histórico de investimentos insuficientes apontado pelos pesquisadores. A Prefeitura também ressaltou que o estudo aborda falhas estruturais acumuladas ao longo de décadas e não se refere especificamente à atuação da atual gestão.

Atual gestão III

De acordo com o Município, o objetivo é romper com esse histórico por meio de planejamento e fortalecimento contínuo da Defesa Civil, com foco na segurança da população e na antecipação dos riscos. A administração ainda observou que o artigo foi submetido à revista em janeiro e publicado em abril de 2026.

Mudança no conselho

A Câmara de Petrópolis alterou a composição do Conselho de Títulos e Honrarias para o restante do atual biênio. O conselho é formado por representantes da Câmara, da Prefeitura e de instituições da cidade. O vereador Marquinhos Almeida, 1º vice-presidente da Câmara, assume a presidência do conselho.

Composição e entidades

A composição inclui ainda representantes da Universidade Católica de Petrópolis, do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, da Academia Petropolitana de Educação, do Clube 29 de Junho, da Academia Petropolitana de Letras, do Instituto Histórico de Petrópolis e do Museu Imperial. De acordo com o ato, a medida já está em vigor.

Outros representantes

Os representantes são, respectivamente, Leandro Antonio Rodrigues; Maria Helena de Brito e Cunha Arrochellas Correa; Jelcy Rodrigues Correa Junior; Pedro Paulo Troyack Filho; Marcelo José Fonseca Fernandes; Elizabeth Maller; e Claudia Maria Souza Costa. O conselho também contará com Maurício Vicente Ferreira Júnior.



Carro Imperial, conhecido como Vagão de Dom Pedro II

Iphan descarta transferência do Vagão de Dom Pedro II

Ao Correio, instituto afirma que peça está em bom estado de conservação

Por **Gabriel Rattes**

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) não recomenda, neste momento, a transferência do Carro Imperial, conhecido como Vagão de Dom Pedro II, para o Museu Imperial de Petrópolis. Em resposta ao Correio Petropolitano, o órgão informou que a peça está em bom estado de conservação e que a prioridade é garantir a preservação e a recuperação do conjunto histórico do Museu do Trem, localizado em Engenho de Dentro, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

A manifestação do Iphan ocorre em meio à mobilização por uma destinação considerada mais segura para o Carro Imperial. Uma petição pública solicita a transferência da peça para o Museu Imperial de Petrópolis e registrava 733 assinaturas até quarta-feira, dia 14 de outubro. O documento sustenta que, após o encerramento do Museu do Trem, o vagão estaria vulnerável à exposição às intempéries, à degradação e a possíveis saques.

No entanto, segundo o Iphan, foram concluídos o Plano Museológico do Museu do Trem e o inventário do acervo, organizado em um banco de dados específico. O trabalho também incluiu ações de acondicionamento e higienização de materiais em suporte de papel, permitindo avaliar as condições de conservação e segurança das peças e subsidiar a elaboração

de um projeto de restauração.

O instituto informou ainda que o Carro Imperial passa por higienização periódica e que as peças do museu são vistoriadas conforme o planejamento anual. A inspeção mais recente ocorreu em julho de 2026.

PRESERVAÇÃO NO LOCAL DE ORIGEM

Ao comentar a possibilidade de transferência para Petrópolis, o Iphan afirmou que não há recomendação técnica, no momento, para retirar o Carro Imperial ou outros bens de alto valor histórico do Museu do Trem. Segundo o órgão, a atuação institucional busca criar condições que “permitam a preservação, recuperação e restauração do conjunto dos carros ferroviários e dos demais bens que integram o acervo do Museu”.

Para o instituto, manter as peças no museu de referência permite preservar a unidade histórica, museológica e simbólica entre os objetos e o espaço que lhes confere significado público. O Iphan também destaca a importância do Museu do Trem para a memória, a história e a identidade do bairro de Engenho de Dentro e da comunidade.

Na avaliação do órgão, a transferência de bens culturais de excepcional relevância deve ser considerada uma medida “extrema e excepcional”. Por isso, a prioridade é fortalecer o próprio museu e garantir a preservação do patrimônio ferroviário no local.